

OPINIÃO

A COR DO
DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

João Mãos de Tesoura

O Negócios deu ontem conta de um “déjà vu” dos governos de António Costa: uso e abuso de cativações como política orçamental. Os números mostram que a execução orçamental deste ano confirma que João Leão (ou será João Mãos de Tesoura?) tem os mesmos tiques de Mário Centeno. E até vai mais longe do que o antecessor: de um total de 2,96 mil milhões de despesa dependentes do ministro das Finanças (espalhados pela dotação provisional, reserva orçamental, cativações do orçamento e dotações centralizadas), João Leão desbloqueou apenas 9%.

Ora isto mostra duas coisas. 1 – A po-

lítica orçamental deste Governo e do anterior são iguais: apostam no congelamento de despesa pelo ministro das Finanças. 2 – Essa política não mudou nada desde os tempos em que Teodora Cardoso, ex-presidente do Conselho de Finanças Públicas, a comparou com a política orçamental do dr. Salazar.

Qualquer governo usa cativações para em algum momento cumprir metas de despesa? Sim, mas não é essa, contudo, a praxis deste Governo: as cativações tornaram-se na principal arma de política financeira. Ainda na semana passada a UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orça-

mental) dizia que a despesa do Ministério da Saúde e o da Educação está suborçamentada e que o Governo terá de fazer novas transferências no último trimestre de 2021 para fazer face aos compromissos. Tal como sucedeu em anos anteriores...

Acresce que a prática financeira do Governo tem outro problema: subtrai ao Parlamento a fiscalização da execução do OE 2021. Isto é um problema? É. A prática de João Leão, tal como do antecessor, prejudica o escrutínio que o Parlamento, mandatado pela Constituição, tem de fazer da política financeira do Governo. ■

ACADEMIA E
REALIDADE

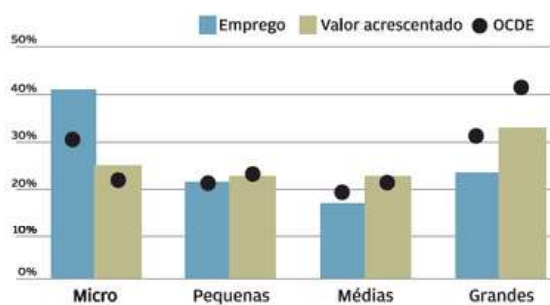
PEDRO BRINCA
Professor Auxiliar da Nova
School of Business and
Economics

É preciso escalar o desafio da produtividade

Falar do problema da produtividade em Portugal é mais do que chover no molhado, mas nunca deixa de ser atual. Trabalhamos mais horas do que os alemães, mas por hora criamos pouco mais de metade da riqueza, mesmo tendo em linha de conta as diferenças de preços entre os dois países. Desde 2010, a diferença tem aumentado, quer para a Alemanha, quer para o conjunto dos países da Zona Euro. As razões apontadas para este estado de coisas são várias. Uma das menos faladas tem precisamente a ver com a escala das empresas. Portugal é um dos países em que as micro e as pequenas e médias empresas têm um peso maior. Representam cerca de 78% do emprego e 63% do valor acrescentado, em contraste com a média dos países da OCDE de 69% e 59% respetivamente.

Também salta à vista que, em Portugal, como na OCDE, as grandes empresas são aquelas onde a produtividade do trabalho é maior: apesar de representarem apenas 22% do emprego, geram cerca de 32% do valor acrescentado. A relação entre escala e produtividade é confirmada por estudos recentes em que

PESO DAS EMPRESAS NO TOTAL DE EMPREGO E VALOR ACRESCENTADO POR TAMANHO*



*Em Portugal Dados relativos a 2018. Fonte: OCDE, SME and Entrepreneurship Outlook 2021

se demonstra que um aumento de 10% no tamanho médio do estabelecimento está associado a um aumento de 3% do PIB per capita e que estes efeitos também estão presentes ao nível da firma como um todo.

A queda acentuada das taxas de juro levou a aumentos dramáticos dos níveis de endividamento. Em Portugal, entre 1995 e 2007, a dívida privada passou de 160% para quase 230% do PIB. A maior liquidez pôs pressão sobre os preços dos bens e serviços que só têm expressão local. Isto

criou incentivos à expansão destes setores – restaurantes, cabeleireiros e outros negócios de pequena escala. Em 2019, Portugal era o segundo país da Europa, atrás de Chipre e em igualdade com a Grécia, com a maior percentagem do emprego afeta a cabeleireiros e salões de beleza – cerca de 1,3% da força de trabalho, quase o dobro da média da União Europeia. Um dos principais fatores do aumento da produtividade, a disciplina competitiva e constante inovação trazida pela concorrência

nos mercados internacionais, está ausente.

É importante criar um ecossistema empresarial que favoreça o aumento da escala e a afirmação internacional das empresas portuguesas, em particular em segmentos que nos permitam competir nos mercados internacionais. Não existe nenhuma bala de prata que por si só possa criar essas condições mais favoráveis. Mas o enquadramento fiscal será sem dúvida um dos mais determinantes e pode ser melhorado em três dimensões. Primeiro, nos níveis – Portugal destaca-se por ser um dos países com tributação sobre rendimentos das empresas mais elevada, favorecendo a proliferação de pequenos negócios de subsistência que não pagam quase nenhum IRC. Segundo, a progressividade fiscal do sistema desincentiva precisamente o aumento da escala, prejudicando a produtividade. Terceiro, a falta de estabilidade dos regimes legais aumenta a incerteza e prejudica o investimento. É preciso olhar para a fiscalidade como um instrumento de política concorrencial internacional que ajude as empresas portuguesas a criar escala, riqueza e contribua para que a economia portuguesa volte a uma trajetória de convergência com os níveis de bem-estar das economias mais desenvolvidas da Europa. ■

Em Portugal, como na OCDE, as grandes empresas são aquelas onde a produtividade do trabalho é maior.